



Acta Scientiarum. Language and Culture
ISSN: 1983-4675
eduem@uem.br
Universidade Estadual de Maringá
Brasil

dos Santos Souza, Adriana
O problema da classificação do item “onde”: advérbio ou pronomé?
Acta Scientiarum. Language and Culture, vol. 32, n.º 2, 2010, pp. 263-270
Universidade Estadual de Maringá
.jpg, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307426644014>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

O problema da classificação do item “onde”: advérbio ou pronome?

Adriana dos Santos Souza

*Curso de Secretariado, Faculdade Metropolitana de Maringá, Av. Mauá, 2854, 87013-160, Zona 1, Maringá, Paraná, Brasil.
E-mail: drisansou@gmail.com*

RESUMO. Muitos trabalhos têm sido desenvolvidos a partir do item “onde”, dada a diversidade de usos que a ele são atribuídos. Face a esse fato, deparamo-nos ainda com as discussões acerca da classe gramatical na qual, tradicionalmente, insere-se o referido termo: os advérbios. Discutem-se aqui alguns pontos importantes sobre eles, como a definição tradicional, as questões históricas que permeiam essa conceituação, os problemas associados a essa tradição, além de serem apresentadas outras definições que se pautam em estudos de caráter funcionalista. A partir desse esboço, apresentamos a literatura relacionada ao *onde*, descrevendo a origem, as possíveis classificações morfossintáticas (advérbio/pronome) e algumas acepções a ele atribuídas por diversos pesquisadores, a partir de pesquisas com *corpora* de sincronias distintas.

Palavras-chave: definição, advérbio, gramática.

ABSTRACT. The problematic classification of the term where. is it an adverb or a pronoun? Owing to different uses assigned to the term, where has been the object of several studies. Investigations have also been made on issues with regard to its grammatical class, the adverbs, in which traditionally the term has been inserted. Important issues are raised on the adverbs, among which the traditional definition, the historical issues that pervade its concept, the problems associated with this tradition and other definitions based on functional studies. The literature related to the term where is provided, coupled to a description of its origin, its possible morphological and syntactical classifications (adverb/pronoun) and some stances attributed to it by researchers as from discussions with distinct synchronies corpora.

Key words: definition, adverb, grammar.

Introdução

Tradicionalmente, nas gramáticas de língua portuguesa, encontramos as palavras distribuídas em dez classes gramaticais. Algumas dessas classes possuem características mais definidas, como os nomes (substantivos e adjetivos), enquanto outras se constituem apenas como “rótulos”, dada a heterogeneidade dos vocábulos que delas fazem parte. Nesse segundo caso, estão os denominados advérbios.

Face a esse problema, conceituar e compreender essa classe tem sido tarefa de vários autores, como Ilari (1996) e Bonfim (1988). A diversidade dos vocábulos adverbiais leva ainda a pesquisas voltadas para um único advérbio, como o “onde”, estudado por Bittencourt (2006), Kersch (1996), Marinho (2002), Monteiro de Souza (2004) e Souza (2007). Esses pesquisadores estudam os usos “renegados” do item em questão pela gramática tradicional, os quais se fazem presentes tanto em *corpora* atuais como em sincronias mais afastadas de nosso idioma.

O que nos chama atenção nesse momento é que, embora etimologicamente o “onde” seja um

advérbio, diversos linguistas classificam-no como um pronome (SACCONI, 1983; CUNHA; CINTRA, 1985). Nesse sentido, o presente estudo apresenta uma discussão sobre essa problemática classificação pautada em compêndios gramaticais, traçando um resgate histórico do advérbio pesquisado e contrapondo explicações tradicionais e funcionalistas. Tecemos também considerações acerca da classe dos advérbios em geral, uma vez que, conforme já mencionado, é nela que se insere etimologicamente o “onde”.

Salientamos que o resgate histórico desenvolvido tanto para o advérbio como para o item “onde” envolve referências ao latim e à fase arcaica da língua portuguesa, por meio de obras e de estudos realizados por diversos linguistas e filólogos, como Neves (2000), Bechara (2004), Said Ali (1971) e Camara Junior (1976).

Uma classe denominada advérbio?

João de Barros (BUESCU, 1969), autor de uma das primeiras gramáticas da Língua Portuguesa, em sua “Cartinha para aprender a ler”, ao destacar a

importância das classes gramaticais, metaforiza que assim como o jogo de xadrez possui dois reis, um de cada cor com suas respectivas peças, há também na língua dois reis, diferentes em gênero e em função: o nome e o verbo. Ainda sobre o jogo, o gramático explica que para cada rei há uma rainha e o mesmo acontece com a Língua Portuguesa: para o nome há “uma rainha”, o pronome, e para o verbo há o advérbio.

A importância que João de Barros dispensa aos advérbios não é, todavia, a mesma considerada por muitos pesquisadores. Na verdade, a literatura a respeito dessa classe gramatical é ainda modesta e deve-se, em parte, à dificuldade em estabelecer critérios para sua classificação, visto que esse “rótulo” é aplicado a inúmeras palavras distintas morfo e sintaticamente entre si. Ainda que seja difícil, Perini (2006, p. 132) enfatiza que “a classificação das formas é importante em gramática porque ela é um dos principais instrumentos que utilizamos para construir, processar e compreender as expressões linguísticas”.

Sobre o advérbio, Camara Junior (1976, p. 115), em resgate histórico, descreve que:

nas línguas indo-europeias há ‘certas formas nominais ou pronominais que trazem um sentido suplementar à significação essencial da comunicação centrada no verbo’. Tal foi o vocábulo que os gramáticos gregos chamaram *epírrhēma* ‘acrescentado ao verbo’ (gr. *rhēma* ‘verbo’). Os gramáticos latinos traduziram o termo grego como *adverbium*.

Posto que haja formas nominais e pronominais relacionadas ao verbo, posteriormente denominadas advérbios, o linguista elenca três tipos de advérbios: dois de natureza pronominal e um de base nominal. Os dois primeiros, por sua função na comunicação linguística, servem para situar o espaço ou o tempo em relação ao falante. São os advérbios locativos e temporais, respectivamente.

O autor explica que os advérbios locativos se associam mórfica e semanticamente aos pronomes demonstrativos latinos *hic* (neste lugar em que falo), *istic* (nesse lugar em que estás), *illuc* (naquele lugar). Os temporais situam a comunicação na linha temporal ou fora dela: *nunc* (nesse momento em que falo), *tunc* (então, noutro momento).

O terceiro grupo descrito por Camara Junior (1976) é o de natureza nominal, comumente denominado de advérbio modal ou de modo, porque assinala “modos de ser” do evento. Correspondem às formas “assim, mal” etc., herança do sistema adverbial latino e daquelas que se formam por derivação com acréscimo do sufixo – “mente” a um adjetivo: “claramente, justamente”. Ainda segundo o

linguista, a tradicional definição como modificador se refere a esses tipos de advérbios.

O autor aponta ainda peculiaridades de certos advérbios como o desvio de sentido e de aplicação dos advérbios temporais, exemplificado por “antes”, utilizado para designar preferência, e “depois”, um possível indicador de sequência de ideias dentro da comunicação. Funcionalmente, alguns itens adverbiais se fixaram como conjunções subordinativas ao serem associados à preposição “de” ou à conjunção “que”, originando locuções como “antes que, longe de, fora de” etc. O pesquisador encerra suas observações mencionando que a mobilidade adverbial obedece a diretrizes, as quais carecem de estudo detalhados.

Said Ali (1971) vale-se da tradição ao definir advérbio, pois classifica os vocábulos que dessa classe fazem parte como determinantes dos verbos, dos adjetivos e de outros advérbios. O pesquisador esclarece que poucos deles, em sua maioria os de base pronominal ou nominal, passaram do latim para as línguas românicas e que essa classe foi bastante enriquecida com o acréscimo do sufixo – “mente” aos adjetivos. Relata ainda a classificação a partir da significação de cada um, havendo, dessa forma, os de tempo, de lugar, de modo, de negação, de afirmação, de dúvida, de quantidade, de ordem. Alguns deles expressam circunstâncias e condições de caráter determinadas enquanto outros admitem graus de comparação, principalmente os modais: “mais depressa, tão depressa”.

Pereira (1953) compartilha das ideias de Said Ali (1971) ao discorrer sobre os elementos adverbiais que se flexionam, ainda que essa classe seja considerada “inflexiva”. Em relação à modificação, o autor explica que a “practica facilmente ensina quais os advérbios que podem modificar o adjetivo, o verbo ou o advérbio” (PEREIRA, 1953, p. 351).

Exemplo de linguista que também se vale do valor modificador para conceituar advérbios é Perini (1996). Ao estudá-los, o autor ressalta que a gramática tradicional apresenta-os como elementos capazes de modificar itens de outras classes ou mesmo o próprio advérbio. Em “Princípios de linguística descritiva”, salienta que “quanto à estrutura interna, frequentemente não têm nenhuma, sendo formadas de um único morfema (sempre, nunca, depois, aqui) ou então se formam por meio do sufixo característico – “mente”” (PERINI, 2006, p. 161).

A partir dessas explanações, o pesquisador expõe alguns problemas quanto à definição. Os compêndios gramaticais exemplificam essa classe por meio de itens como “não, simplesmente, perto”. O que se espera é que, por pertencer a uma mesma

classe, esses vocábulos tenham o mesmo comportamento gramatical, o que efetivamente não ocorre. Perini (2006) relata que o potencial funcional (conjunto de funções que um vocábulo pode desempenhar) dessas palavras ilustra o problema da conceituação insuficiente, visto que não há possibilidade de substituição mútua de advérbios em vários ambientes, o que ocorre com os substantivos. A título de exemplificação, os advérbios “sim” e “não” aparecem em ambientes distintos, assemelhando-se apenas quando funcionam como uma espécie de interjeição. Além disso, *não* se liga semanticamente a um verbo (“Não vá”) ou a um adjetivo (“Os não iniciados eram excluídos”), sempre os antecedendo, o que não acontece com o “sim”. Da mesma forma, “depressa” se liga a um verbo (“Vá depressa”) e a um adjetivo, mas sempre se pospõe a eles, o que o diferencia do “não”.

A classe dos advérbios engloba, na verdade, uma série de classes gramaticais, pois boa parte das palavras que a constitui são vocábulos cujas características morfossintáticas se aproximam de outras classes. Desse modo, quando esses “advérbios” são analisados, nota-se que não há possibilidade de se estabelecer critérios que sejam capazes de agrupá-los de forma análoga, não autorizando, dessa maneira, “a postulação de uma classe única”, conforme atesta Perini (1996).

Rocha Lima (1972) também considera o advérbio uma palavra modificadora do verbo, expressando circunstâncias que cercam a significação verbal. Os advérbios de intensidade prendem-se a adjetivos ou a advérbios, indicando grau: “muito belo”. Haveria ainda advérbios que acompanhariam apenas adjetivos e advérbios, como “tão, quão, que”, em frases exclamativas.

Interessante notar que Cunha e Cintra (1985) mencionam uma peculiaridade dessa classe, descrita também por Neves (2000) e Bechara (2004): alguns advérbios podem modificar uma oração por completo e não apenas elementos que a compõem, como em “Infelizmente nem o médico chegou”. Nesse caso, o item se refere a toda a declaração e exprime um comentário pessoal de quem fala.

Bechara resgata os estudos realizados por Camara Junior (1976) quando chama a atenção para as bases nominais e pronominais que constituem o advérbio:

[...] é a expressão modificadora que por si só denota uma circunstância (de lugar, de tempo, modo, intensidade, condição etc.) e desempenha na oração a função de adjunto adverbial. [...] O advérbio é constituído por palavra de natureza nominal ou pronominal e se refere geralmente ao verbo, ou ainda, dentro de um grupo nominal unitário, a um

adjetivo e a um advérbio (como intensificador), ou a uma declaração inteira (BECHARA, 2004, p. 287).

A definição trazida pelo autor refere-se à função que o advérbio desempenha na oração, ressaltando também a possibilidade de ele se referir não só ao verbo, mas também a outras classes, inclusive a uma oração inteira.

O linguista afirma que os advérbios indicam posição temporal (os de tempo) ou espacial do falante (os de lugar) ou o modo como se visualiza o estado de coisas da oração. Neves (2000, p. 23) explica que “um estado de coisas é concebido como algo que pode ocorrer em algum mundo (real ou mental), e, assim, está sujeito a determinadas operações, isto é: pode ser localizado no espaço e no tempo; pode ter uma certa duração; pode ser visto, ouvido ou, de algum modo, percebido”.

Alguns advérbios modificam substantivos entendidos não como substância, mas como qualidade: “Ela é verdadeiramente poeta”. Outros ainda funcionam como predicativo: “A vida é assim”. A dificuldade em se estabelecer critérios suficientes para definir essa classe também é discutida pelo autor, ao compartilhar a ideia de que, por ser uma classe heterogênea, ou seja, por agrupar palavras de natureza distinta, a existência de uma classificação uniforme e coerente transforma-se em um desafio.

Além da heterogeneidade, o autor acrescenta que o advérbio não se prende apenas a um núcleo (verbo), mas também ao conteúdo semântico da oração. Isso permite a flexibilidade de posição dentro de um sintagma verbal. Dessa forma, Bechara (2004, p. 290) conclui que há advérbios de papel semântico-sintático “internamente ligado ao núcleo verbal (e estes não gozam das flexibilidades de posição e entoação atrás referidas), e há os advérbios mais externamente ligados ao núcleo verbal”.

Na concepção do autor, as classificações existentes a respeito do advérbio pautam-se na semântica e/ou na função que o elemento considerado exerce. Semanticamente, pertenceriam à classe adverbial formas como “agora, antes, tarde, aqui, tanto”, ou seja, os denominados advérbios de tempo (“agora, tarde”), de lugar (“aqui, fora”), de quantidade (“muito, tanto”) etc. Os definidos como advérbios demonstrativos (“aqui, aí”), relativos (“onde, como”) e interrogativos (“quando? onde?”) exemplificariam a classificação voltada para a função.

Bechara (2004) também enumera diversos tipos, classificados de acordo com a circunstância que expressam: assunto, causa, companhia, referência, concessão, condição, conformidade, tempo, dúvida, fim, instrumento, intensidade, lugar, modo, negação. O autor ressalta que a Norma Gramatical Brasileira (NGB) propõe que os denotadores de

inclusão (“até, também”), exclusão (“somente, salvo, apenas”), situação (“então, pois”), retificação (“aliás, melhor, isto é”), designação (“eis”), expletivo (“lá, só”), explicação (“a saber, por exemplo”) e de realce tenham uma classificação à parte.

A problemática em torno da conceituação de advérbios também é verificada por Ilari (1996). O autor elenca alguns problemas e busca propor critérios para identificar e classificar esses vocábulos, baseado em abordagens funcionalistas e partindo de um *corpus* do Português falado.

Entre seus estudos, ele analisa a posição dos advérbios em uma sentença e salienta que:

[...] de um lado espera-se que os advérbios ocorram, nas orações que adotam a chamada ‘ordem direta’, depois dos termos integrantes do predicado; de outro, representa-se o advérbio como usufruindo, no interior da oração, de relativa mobilidade (ILARI, 1996, p. 65).

Observa-se, dessa forma, que a irregularidade que se atribui ao advérbio quanto à natureza das palavras (que assim se classificam) também ocorre quando se estuda sua disposição dentro de uma oração.

O linguista apresenta a definição tradicional acerca dos advérbios antes de propor uma nova forma de classificá-los. Para ele, os critérios tradicionais têm como base a morfossintaxe e descreve advérbio como a palavra invariável e modificadora de não substantivos, visto que os adjetivos se ligam sintaticamente aos substantivos. O pesquisador também chama atenção para o fato de que, às vezes, parte-se da presença do sufixo – “mente” para classificar a palavra como advérbio. Há, todavia, palavras que não atendem aos critérios nacionais, mórficos ou sintáticos tradicionalmente referentes ao advérbio, mas são classificados como tais:

as gramáticas enquadram atualmente entre os advérbios uma quantidade enorme de *palavra* de que seria mais correto dizer que, apenas em algumas ocorrências particulares e em alguns ambientes sintáticos, atendem aos critérios tradicionais para a classificação como advérbios. Tratar do ‘advérbio’ é, antes de mais nada, tomar consciência desses equívocos, constatando a diversidade de emprego dessas expressões (ILARI, 1996, p. 69).

O autor, ao lado dos outros mencionados, reafirma que a classificação tradicional não cumpre suficientemente seu papel. Para comprovar sua afirmação, ele cita casos em que os advérbios “assim, aqui, lá”, considerados advérbios dêiticos, possuem outros usos, como em “Uma escolha assim sem base” ou “Entidades aqui do bairro”. Nesses

exemplos, os elementos utilizados seriam mecanismos que corresponderiam a um processo de planejamento verbal e a uma sinalização de que uma expressão genérica anteciparia:

o tipo de função sintática e semântica que se vai realizar na expressão que segue; esse mecanismo se estende a outros dêiticos como os pronomes e clíticos redobrados; as alternativas de uso desses ‘catafóricos’ não se restringem ao adjunto adverbial (ILARI, 1996, p. 71).

Duas dimensões são propostas pelo pesquisador para a classificação dos advérbios: uma é a dos segmentos sintáticos a que se aplicam os advérbios e a outra a das “funções” que esses vocábulos desempenham. Desse modo, ele propõe classificar os advérbios com base na função que exercem, necessitando distinguir predicativos (os advérbios qualitativos, os intensificadores, os modalizadores e os aspectualizadores) de não predicativos. Os advérbios não predicativos, por sua vez, apresentam propriedade negativa, não modificando sentidos, aplicados à negação e aos circunstanciais. No *corpus* que Ilari (1996) analisou, os circunstanciais limitam-se aos dêiticos. Há, entretanto, alguns advérbios dêiticos cuja aplicação ultrapassa os limites dos constituintes da sentença. É o caso de “agora, então, aí”. Esses advérbios exercem funções discursivas, ocorrendo um esvaziamento espaço-temporal do advérbio.

A outra dimensão, com base na unidade sintática a que são aplicados os advérbios, antevê a distinção entre advérbios sentenciais e constituintes. Os sentenciais são aqueles que se aplicam a partes da sentença, como os advérbios que indicam a frequência com que o evento descrito na sentença ocorre. É o caso de “geralmente, normalmente, de vez em quando” etc. Já os constituintes são os que tradicionalmente se aplicam aos verbos, adjetivos e advérbios.

Para Neves (2000), os equívocos de uma classificação tradicional são verificados ao se observar os diversos pontos de partida para definir advérbio. Se morfológicamente advérbio é uma palavra invariável, alguns registros, como os encontrados por ela, não poderiam ocorrer: “É que ela tá *meia* doente, já não tem vontade ou ‘Agorinha’ mesmo”. Nesses exemplos, o advérbio flexionado e/ou derivado contraria o prescrito pela norma, embora sejam utilizados com frequência por falantes de português brasileiro.

Em suas explanações, Neves (2000, p. 23) descreve que, sintaticamente, os advérbios funcionam como satélite (“construções que trazem informações suplementares”) de um núcleo, ao estarem associados a:

- um verbo: Não grita TANTO homem!;
- a um adjetivo: Seus sentimentos são MUITO delicados;
- a outro advérbio: *Não passa TÃO cedo*:
- a um numeral: QUASE 1.500 habitantes;
- a um substantivo: Greve AGORA não vai nada bem;
- a um pronome: E por isso MESMO tão cansados e não querem saber de arriscar o emprego;
- à conjunção embora: MUITO embora.

Além das possibilidades supracitadas, o advérbio também pode incidir sobre uma oração ou enunciado, como em REALMENTE, “sentia fome”.

Para a linguista, a classe dos advérbios abriga duas subclasse: advérbios modalizadores e não modalizadores, estando a forma “onde” nessa última subclasse, nos denominados advérbios circunstanciais.

É preciso ressaltar ainda que em análise feita em textos do século XVI, Costa (2002) adota a nomenclatura “item adverbial” por melhor descrever as formas classificadas como advérbio, além da possibilidade de incluir entre elas as locuções adverbiais:

utilizamos a denominação *adverbiais* para referir conjuntamente os tradicionalmente chamados *advérbios* e as também tradicionalmente chamadas *locuções adverbiais*, renunciando a separá-los em dois grupos, por não nos parecerem viáveis critérios que distingam, seguramente, elementos considerados autônomos, como por exemplo, *devagar*, *acima* e *debaixo*, de elementos considerados locucionais, como por exemplo, *de fora*, *em breve*, *em cima*. Assim, os dois tipos serão aqui denominados *itens adverbiais*. Distinguimos itens adverbiais (simples e locucionais) de itens conjuncionais e preposicionais (simples e locucionais), pela natureza não juntiva dos adverbiais face ao caráter juntivo, quer envolvendo sentenças, quer sintagmas, característico dos dois últimos (COSTA, 2002, p. 199).

Verifica-se que o estabelecimento de critérios capazes de identificar um advérbio não é uma tarefa simples. Se a definição tradicional apresenta certos equívocos, os novos estudos também não conseguem delimitar, seja de maneira morfossintática, seja de maneira semântica, todas as características dessa classe gramatical.

Item onde: múltiplas classificações

Nos compêndios gramaticais latinos, observa-se que os advérbios eram distribuídos em grupos, com base nas circunstâncias que indicavam. As principais eram as que denotavam lugar, tempo e modo. No que concerne aos locativos, havia quatro formas

relacionadas às funções atualmente atribuídas ao advérbio “onde”: *ubi*, *quo*, *unde* e *qua*. A primeira empregava-se com verbos de permanência (estar, permanecer, ficar); a segunda era usada com verbos de movimento, como “ir”, “dirigir-se”; *unde* indicava proveniência e *qua* indicava passagem (passar, andar por um lugar).

Os exemplos a seguir, extraídos da parábola “Cura do cego de nascença” (COMBA, 1986), narrada no Evangelho de São João, confirmam a regularidade do uso desses advérbios latinos, especificamente o *ubi* e o *unde*:

12 Et dixerunt ei: Ubi est ille? Ait: Nescio. (grifo nosso)

Perguntaram-lhe ainda: Onde ele está? Ele respondeu: Não sei¹.

30 Respondit ille homo et dixit eis: In hoc enim mirabile est, quia vos nescitis unde site et aperuit meos oculos. (grifo nosso)

O homem respondeu-lhes: Isto é de admirar! Vós não sabeis de onde ele é? No entanto, ele abriu-me os olhos!

No primeiro caso, pela presença do verbo de permanência “está”, há o emprego da forma *ubi*, tal qual a regra preconiza. No segundo, por haver a indicação de proveniência, o uso de *unde* faz-se necessário.

Do latim para o português arcaico, verifica-se a redução de quatro para duas as formas expressivas de lugar. Said Ali (1971) discorre sobre o sistema adverbial locativo arcaico: “para denotar o lugar de presença, e o lugar de procedência, serviram à linguagem antiga os advérbios *u* (latim *ubi*), também grafado *hu*, e *onde* (latim *unde*), podendo ambos fazer às vezes de pronome relativo” (SAID ALI, 1971, p. 185).

Interessante notar que, no período arcaico, diante do uso da preposição *de* para indicar procedência, surge, analogicamente, a forma “onde”, encontrada em textos arcaicos como o “Santo Graal”. A forma “onde” se vulgariza de tal maneira que a ocorrência do “onde” sem a preposição passa a ser admitida como sinônimo de “u”. A modificação semântica, conforme assegura Said Ali (1971), leva a um período de confusão de empregos. Há, ainda, no glossário da obra “A Demanda do Santo Graal”, o registro da forma “du”, uma fusão da preposição “de” com “u”, em alusão a “onde”.

No período trecentista, os registros de *hu* são mais frequentes que os de “onde”, conforme pondera Mattos e Silva (1989). Ao primeiro são

¹Versão portuguesa extraída da Bíblia Sagrada, tradução CNBB, 2001.

atribuídas as possibilidades semânticas de “ponto em que” e “ponto a que”, enquanto “ponto de que” se aplica ao segundo. Ao associar-se à preposição *per*, a forma *hu*, nos “Diálogos de São Gregório” (século XIII), indica o “ponto através de que”.

As formas em questão, como relativas, embora locativas, podiam também ser empregadas como temporais: *Ca, como quer que aqueles que ordiada vida fazem non queiran seer mestres hu primeiramente non foron discípulos* e *E era gram maravilha ca onde huum avia mal, ende os outros todos avian peior*. O “onde”, entretanto, além do valor temporal, admitia ser utilizado como “o ponto a partir de que”, tendo por antecedente pontos abstratos ou nocionais. Na seguinte ocorrência, o advérbio analisado retoma enfermidade, que não constitui um lugar, e sim noção: *Veo a húa enfermidade onde xi lhi atou morte*.

Bonfim (2005) relata que no século XVI a forma *u* é considerada fora de uso, de acordo com João de Barros e Duarte Nunes de Leão. Said Ali (1971), por sua vez, observa que nos períodos quatrocentista e quinhentista, a ocorrência do “u” torna-se rara. Nesses poucos empregos encontrados, é possível observar a combinação do item arcaico com artigo, originando a forma “ulo”, cujo significado era “onde é o” / “onde está o”. Por influência da construção “adonde”, encontrou-se também “adulo”.

Remetendo à confusão semântica estabelecida mediante os usos do “onde” em contextos antes atribuídos a *u*, o progressivo desaparecimento deste último e o emprego das preposições “de” e “a” em situações indicativas de proveniência e de movimento, Said Ali (1971) esclarece que:

[...] cedido o posto do antigo advérbio ao vocábulo *onde*, nem por isso se mostram daí por diante convencidos os escritores de que o termo sem algum reforço preposicional basta sempre para indicar o que o latim *ubi* indicava; e assim *aonde* e *onde*, só ou aumentado em *adonde*, passam a usar-se também como sinônimos de *onde* (SAID ALI, 1971, p. 185).

Com relação às alterações gráficas, Macambira (1978) salienta que, na mudança de *ubi* e de *unde* para “onde”, a oclusiva e a semivocal desaparecem da forma *quonde*, dando origem a “onde”, uma vez que este pertence à família de palavras que possuem o éítimo *qu-*, um radical indo-europeu. Esse éítimo está presente expressamente nas formas “qual, quando, que, quem” etc.

Desse modo, as considerações até o presente momento realizadas concernentes à origem histórica do item adverbial “onde” podem ser reduzidas às palavras de Camara Junior (1976, p. 120):

quanto aos interrogativos, o sistema latino, baseado na oposição entre situação (*ubi*), direção (*quo*),

proveniência (*unde*) continuou, mas com substituições de vocábulos. A partícula *ubi* (que persistiu em italiano e francês) aparece em português arcaico sob a forma *u*. Mas predominou afinal a adoção de onde (latim *unde*) para a situação, e o recurso às preposições *a* e *de*, respectivamente, para com a mesma partícula assinalar a direção e a proveniência (aonde, donde).

Referências históricas também se fazem presentes nas palavras de Ernesto Carneiro Ribeiro. Em seu “Serões Grammaticaes”, de 1915, o autor adota a nomenclatura “adjectivo relativo ou conjuntivo” para o “onde” e esclarece que essa terminologia era adotada para as formas latinas *ubi* e *unde*. Para o autor, o “onde” não é um pronome, pois só o seriam os pessoais, uma vez que somente esses designariam pessoas. Os considerados pronomes possessivos, demonstrativos, relativos e indefinidos poderiam figurar como substantivos ou como adjetivos. Ainda sobre o item, o gramático adverte “para as constantes confusões com o uso indiscriminado do ONDE e suas respectivas combinações, o que vem se tornando recorrente na língua, além de constituir erro muito vulgar” (RIBEIRO, 1915 apud COELHO, 2001, p. 29).

Pereira (1953) denomina o item pesquisado de advérbio relativo ou conjuntivo por exercer função de pronome, apresentando ou não antecedente. Destaca ainda a distinção entre “aonde/onde”, enfatizando que os escritores clássicos tendem a não fazer essa diferença.

Sacconi (1983), em “Nossa Gramática: Teoria e Prática” classifica o item em questão como pronome relativo, ressaltando que ele pode ser usado com ou sem antecedente. Quando sem antecedente, o autor denomina-o pronome indefinido locativo. Dessa forma, o valor de lugar permanece, ainda que subentendido. O autor também explica que “onde” se usa com verbos estáticos e “aonde” com verbos dinâmicos ou que denotem deslocamento, tais como “ir, chegar, voltar”. Ele chama atenção para o fato de o advérbio também poder ser antecedido pelas preposições “de” e “por”, dando origem à forma “onde” e à construção “por onde”.

Diante da classificação como pronome relativo para o “onde”, Cunha e Cintra (1985) declaram que:

[...] o relativo onde, por desempenhar normalmente a função de adjunto adverbial (= o lugar em que, no qual), é considerado por alguns gramáticos ADVÉRBIOS RELATIVOS designação que não consta da Nomenclatura Gramatical Brasileira, mas que foi acolhida pela Portuguesa (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 532).

Em relação à distinção “onde/aonde”, os autores descrevem que ela é praticamente inexistente na

linguagem coloquial e já não era tão rigorosa nos clássicos. Para convalidar essas afirmações, citam exemplos machadianos.

Nos estudos de Bechara (2004), o item também é classificado como advérbio relativo. Ele comenta que esse termo pode ser usado sem antecedentes, sendo chamado de relativo indefinido. Para esse caso, o antecedente estaria subentendido, possibilitando a substituição do “onde” pela expressão “o lugar em que”: “Os advérbios relativos, como os pronomes relativos, servem para referir-se a unidades que estão postas na oração anterior. Nas ideias de lugar empregamos “onde”, em vez de “em que, no qual” (flexões)” (BECHARA, 2004, p. 294).

O linguista acrescenta que assim como os pronomes relativos podem ser empregados sem referência, os advérbios relativos também podem, como no exemplo “Moro onde mais me agrada”. O autor ainda admite que os advérbios interrogativos, cuja base seja pronominal, são empregados em perguntas diretas ou indiretas em referência a um antecedente: “Onde está estudando o primo? Ignoro onde estuda”. Entretanto a segunda oração assemelha-se aos casos em que o item é empregado como conjunção integrante. A possibilidade de o “onde” contrair-se com as preposições *a* ou *de*, originando “aonde” e “onde”, também é mencionada pelo gramático.

Conforme já citado, para Neves (2000) a classe dos advérbios abriga duas subclasses: advérbios modalizadores e não modalizadores. O item “onde” estaria nessa última subclasse, nos denominados advérbios circunstanciais. A autora afirma que o advérbio funciona como adjunto ou complemento adverbial de lugar. Às vezes, é empregado equivalendo a “em que” sem valor locativo, o que não apresentaria justificativa. Esses casos são aqueles de anáfora com antecedentes nacionais: “Na prática, a venda com caderneta funciona como um negócio onde o dinheiro também é virtual”. Barreto (1996) já verificara a recuperação de sintagmas não locativos por “onde” na “Carta de Caminha” e por “u” na “Demandia do Santo Graal”, o que revela uma tendência de o item o ser um relativo cujo uso ultrapassa as regras tradicionais. A Tabela 1 apresenta uma síntese da classificação do “onde” por diversos autores.

Tabela 1. Classificação atribuída ao *onde*.

Autor	Classificação
Ribeiro (1915)	Adjetivo relativo ou conjuntivo
Pereira (1953)	Advérbio relativo ou conjuntivo
Sacconi (1983)	Pronome relativo
Cunha e Cintra (1985)	Pronome indefinido locativo
Bechara (2004)	Pronome relativo Advérbio relativo Relativo indefinido Advérbio interrogativo
Neves (2000)	Advérbio circunstancial

A discussão quanto à adoção do termo advérbio ou pronome relativo em retomadas locativas não é o único ponto lacunar no estudo do item “onde”. O elemento também é classificado como advérbio interrogativo (“Onde” moras?) e em alguns casos, emprega-se como conjunção integrante (“Não sei onde ele mora”). Esta última acepção não figura na gramática tradicional. Em estudos recentes, como o de Marinho (2002), ele é considerado um mecanismo de coesão sequencial por atuar como um conectivo que auxilia na junção de conceitos ativados ao longo de um texto, condensando informações ou um conectivo discursivo, ao expressar ideias de conclusão e de explicação, conforme Kersch (1996 apud MARINHO, 2002). Incluem-se ainda empregos com valores de posse e de tempo, além de retomar, em casos de anáforas, lugares abstratos e noções.

Essas extensões de sentido já eram verificadas em períodos mais afastados, conforme exposto por Magne (1944) acerca das possibilidades semânticas associadas tanto ao “u” quanto ao “onde” no “Santo Graal”.

A Tabela 2 evidencia a quantidade de empregos do *onde/u*, o que permite depreendermos que a difícil classificação do “onde” está atrelada à extensão semântica que ele possui (e já possuía em sincronias distintas).

Tabela 2. Alguns valores semânticos de “u” e de “onde” no “Santo Graal”.

<i>u</i>	<i>onde</i>
- Como advérbio de lugar equivalendo a <i>onde, em qual lugar, em que, para onde</i> ;	- Com acepção de <i>de que lugar, de que</i> (equivale ao lat. <i>unde</i>);
- Como o étimo latino <i>ubi, u</i> pode também ser conjunção de tempo, equivalendo a “quando”;	- Com valor relativo, significando <i>de que, do qual, da qual, dos quais</i> ;
- Equivalendo a <i>onde ou onde no</i> significado relativo de “de que”.	- Como pronome relativo precedido de preposição que introduza adjunto circunstancial de origem, lugar, causa;
	- Equivalendo a <i>u temporal</i> , significando <i>quando, logo que</i> ;
	- Correspondendo a <i>visto como, por onde, pelo que</i> .

Considerações finais

Diante dos estudos destacados a respeito dos advérbios, observamos que essa classe é muito heterogênea dada a diversidade morfossintática dos vocábulos que dela fazem parte. Isso tem levado os pesquisadores a terem dificuldades para estabelecer um conceito mais claro sobre ela. Consequentemente, a enumeração de características específicas dos advérbios torna-se uma árdua tarefa.

A partir da discussão realizada, é possível verificar que os itens adverbiais ligam-se a verbos, adjetivos, advérbios ou mesmo orações. As pesquisas revelam que a posição de um advérbio em uma frase não é

fixa e depende, em parte, da natureza do próprio advérbio. Embora seja vista como uma classe invariável, a língua falada tem demonstrado que o usuário do Português Brasileiro flexiona alguns itens, tais como “menas”, “meia cansada”, além de fazer a derivação sufixal (pertinho, agorinha).

Face ao fato de que a classe adverbial é, por si, complexa, os elementos que a constituem, por extensão, também exigem mais discussões. No que se refere especificamente ao item “onde”, a literatura existente tem revelado o crescente número de trabalhos sobre seus empregos e, por conseguinte, sua classificação morfossintática. Ainda que etimologicamente seja considerado um advérbio, ao fim dessa revisão literária, observamos que não há um consenso entre os linguistas quanto ao termo linguístico atribuído ao elemento considerado.

Alguns pesquisadores adotam a classificação de pronome enquanto outros se referem ao “onde” como advérbio, mediante os contextos e significados já estudados em sincronias diversas. Outras denominações também são apresentadas, como mecanismo de coesão sequencial e marcador discursivo. Dessa maneira, dificilmente será possível adotar uma terminologia única, visto que para cada valor que se estuda sobre o termo, exige-se uma nova classificação ou reclassificação.

Referências

- BARRETO, T. M. M. Estruturas trecentistas. In: MATTOS E SILVA, R. V. (Org.). **A carta de Caminha**: testemunho linguístico de 1500. Salvador: Edufba, 1996. p. 149-168.
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucena, 2004.
- BÍBLIA SAGRADA. Tradução da CNBB. São Paulo: Paulus, 2001.
- BITTENCOURT, V. O. Variação e mudança no português arcaico: um antigo e novo onde nas Cantigas de Santa Maria. **Revista Scripta**, v. 9, n. 18, p. 178-192, 2006.
- BONFIM, E. R. M. **Subsídios para o estudo do aonde e donde usados por onde, no português moderno**. Disponível em: <http://www.letras.puc-rio.br/catedra/revista/6Sem_23.html>. Acesso em: 11 dez. 2005.
- BONFIM, E. **Advérbios**. São Paulo: Ática, 1988.
- BUESCU, M. L. C. **Textos pedagógicos e gramaticais de João de Barros**. Lisboa: Verbo, 1969.
- CAMARA JUNIOR, J. M. **História e estrutura da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.
- COELHO, S. M. **Uma análise funcional do ONDE no português contemporâneo**: da sintaxe ao discurso. 2001. 123f. Dissertação (Mestrado em Letras)–Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.
- COMBA, P. J. **Programa de latim**. 8. ed. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1986.
- COSTA, S. B. B. Adverbiais portugueses no século XVI. In: MATTOS E SILVA, R. V.; MACHADO FILHO, A. V. L. (Org.). **O português Quinhentista**: estudos linguísticos. Salvador: Edufba, 2002. p. 197-215.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1985.
- ILARI, R. Considerações sobre a posição dos advérbios. In: CASTILHO, A. T. (Org.). **A gramática do português falado**: a ordem. Campinas: Unicamp/São Paulo: Fafesp, 1996. p. 63-141.
- KERSCH, D. F. **A palavra ONDE no português do Brasil**. 1996. 180f. Dissertação (Mestrado em Letras)–Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.
- MACAMBIRA, J. R. **Português estrutural**. São Paulo: Pioneira, 1978.
- MAGNE, A. **A Demanda do Santo Graal**: glossário. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. v. III.
- MARINHO, J. H. C. **O funcionamento discursivo do item onde**: uma abordagem modular. 2002. 305f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos)–Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- MATTOS E SILVA, R. V. **Estruturas trecentistas**: elementos para uma gramática do Português Arcaico. Lisboa: Imprensa Nacional, 1989.
- MONTEIRO DE SOUZA, E. H. P. A referência do onde em textos do português arcaico e em dados da língua falada contemporânea. In: COSTA, S. B. B.; MACHADO FILHO, A. V. L. (Org.). **Do português arcaico ao português brasileiro**. Salvador: Edufba, 2004. p. 175-192.
- NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.
- PEREIRA, E. C. **Gramática expositiva**. 139. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.
- PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.
- PERINI, M. A. **Princípios de linguística descritiva**: introdução ao pensamento gramatical. São Paulo: Parábola, 2006.
- RIBEIRO, E. C. **Serões grammaticae**. 2. ed. Bahia: Estabelecimento dos dois mundos, 1915.
- ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 15. ed. São Paulo: José Olympio, 1972.
- SACCONI, L. A. **Nossa gramática**: teoria e prática. 5. ed. São Paulo: Atual, 1983.
- SAID ALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa**. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1971.
- SOUZA, A. S. **Tempo e espaço**: a gramaticalização do item adverbial onde em textos religiosos: séculos XIV, XVI e XXI. 2007. 137f. Dissertação (Mestrado em Letras)–Universidade Estadual de Maringá, 2007.

Received on March 12, 2010.

Accepted on August 12, 2010.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.